

A MULHER NEGRA, EMPREGADA DOMÉSTICA E MÃE

REPRESENTAÇÕES NO CONTO BARRETIANO *O FILHO DE GABRIELA*

Flávia Guerra Rocha Campos
(Universidade Federal de Uberlândia)

RESUMO	ABSTRACT
<p>Este artigo explora, por meio da análise do conto <i>O Filho de Gabriela</i>, de Lima Barreto, como, já no início do século XX, no contexto pós-abolicionista brasileiro, o autor propõe algumas questões, como: a voz da mulher negra subalterna frente ao exercício de sua maternidade e a relação entre gênero, raça e classe. O objetivo é refletir sobre a maneira como o autor lançou luz à situação econômica e social da mulher negra, ao ocupar os papéis de empregada doméstica e mãe diante de uma sociedade racista, patriarcal e capitalista. Assim, constata-se que está presente, neste conto barretiano, uma representação da mulher negra destoante de outras obras do cânone literário, uma vez que diversos autores descreveram essa personagem apenas a partir de sua subserviência. Nesse sentido, predomina, na literatura brasileira, a abordagem das personagens negras resignadas ao poder hegemônico colonial, proibidas de contrariarem o sistema que mantém características escravocratas. Em contraponto a tal aspecto, em <i>O Filho de Gabriela</i>, há uma personagem que ousa impor sua voz, desafiando as normas e revelando a complexidade e a resistência da mulher negra ao tentar sobrepor o seu papel de mãe ao de empregada doméstica.</p>	<p>Este artículo explora, a través del análisis del cuento <i>O Filho de Gabriela</i>, de Lima Barreto, cómo, ya a principios del siglo XX, en el contexto post-abolicionista brasileño, el autor plantea algunas cuestiones, como: la voz de la mujer negra subalterna frente al ejercicio de su maternidad y la relación entre género, raza y clase. El objetivo es reflexionar sobre la manera en que el autor arrojó luz sobre la situación económica y social de la mujer negra, al ocupar los roles de empleada doméstica y madre ante una Sociedad racista, patriarcal y capitalista. Así, se constata que está presente, en este cuento de Barreto, una representación de la mujer negra diferente a otras obras del canon literario, ya que diversos autores describieron a este personaje solo desde su servidumbre. En este sentido, predomina, en la literatura brasileña, el enfoque de los personajes negros resignados al poder hegemónico colonial, prohibidos de contradecir el sistema que mantiene características esclavistas. En contraposición a este aspecto, en <i>O Filho de Gabriela</i>, hay un personaje que se atreve a imponer su voz, desafiando las normas y revelando la complejidad y la resistencia de la mujer negra al intentar sobreponer su papel de madre al de empleada doméstica.</p>

PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
Maternidade negra; Trabalho doméstico; Subalternidade; Literatura barretiana.	Maternidad negra; Trabajo doméstico; Subalternidad; Literatura barretiana.

Mesmo depois de abolida a escravidão
 Negra é a mão de quem faz a limpeza
 Lavando a roupa encardida, esfregando o chão
 Negra é a mão, é a mão da pureza
 Negra é a vida consumida ao pé do fogão
 Negra é a mão nos preparando a mesa
 Limpando as manchas do mundo com água e sabão
 Negra é a mão de imaculada nobreza (Gil, 1984)

LIMA BARRETO E SEU CONTEXTO HISTÓRICO: BREVE INTRODUÇÃO

A partir dos versos da canção *A mão da limpeza*, de Gilberto Gil, pode-se analisar que a força do trabalho no ambiente doméstico destinado às negras escravizadas prosseguiu sendo realizado, majoritariamente, por mulheres negras livres. Nesse contexto, uma das mais importantes vozes literárias do período pós-abolicionista brasileiro é a de Lima Barreto (1881-1922), autor que, em sua vasta obra, composta por contos, romances, crônicas, abordou temas que o distinguiam “dos demais literatos do cânone de época: o racismo vigente no Brasil [...] e a realidade da pobreza que migrava da capital para as periferias da cidade” (Schwarcz, 2019, p. 137).

Barreto, que se descrevia como *negro, descendente de africanos e de cor azeitona escura*, descendente de avós escravizados (Schwarcz, 2019), ao analisar o cenário social do subúrbio carioca, local no qual viveu, representou, por meio da personagem da empregada doméstica, de que forma muitas mulheres negras eram subalternizadas por suas patroas e como conciliavam o trabalho doméstico com a maternidade no conto *O Filho de Gabriela* (1915). Texto que traduz seu projeto de escrever uma *literatura militante* (termo usado por ele), que se define por uma “literatura que falava das dificuldades pelas quais passava a população negra, e que fazia da narrativa uma arma, também, de ativismo e de denúncia” (Schwarcz, 2019, p. 143).

Com sua *literatura militante*, Lima Barreto, a partir da protagonista Gabriela, constrói uma representação da mulher negra menos estereotipada, contrastando-a, assim como revela Eduardo de Assis Duarte a respeito dessa personagem, com outros escritores canônicos brasileiros:

Enquanto personagem, a mulher afrodescendente integra o arquivo da literatura brasileira desde seus começos. De Gregório de Matos Guerra a Jorge Amado e Guimarães Rosa, a personagem feminina oriunda da diáspora africana no Brasil tem lugar garantido, em especial, no que toca à representação estereotipada que une sensualidade e desrepressão. “Branca para casar, preta para trabalhar e a mulata para fornicar”: assim a doxa patriarcal herdada dos tempos coloniais inscreve a figura da mulher presente no imaginário masculino brasileiro e a repassa à ficção e à poesia de inúmeros autores (Duarte, 2009, p. 6).

Ao trazer a doxa patriarcal “branca para casar, mulata para fornicar e preta para trabalhar”, identifica-se como a mulher negra (categorizada como preta ou mulata) tem seu corpo circunscrito ao trabalho braçal ou ao prazer sexual. Em tudo distante da representação da mulher branca pertencente à classe senhorial, a mulher negra é concebida como símbolo da fidelidade incondicional e do servilismo absoluto (Roncador,

2008). Contudo, no conto *O Filho de Gabriela*, de Lima Barreto, não se ouve apenas expressões de obediência à patroa, mas também se ouve, na voz da mulher negra, mãe e empregada doméstica, a luta para exercer sua maternidade.

A representação da mulher negra que decide assumir riscos para maternar seu próprio filho, ao ser arquitetada por Barreto no conto, distancia-se da figura da *mãe-preta*. Segundo Roncador (2008), o mito literário da mãe-preta surgiu durante a escravidão e trata-se da história de uma ama de leite escrava a quem foi negada a convivência com o próprio filho recém-nascido, para poder maternar os filhos dos brancos. Porém, ao invés de revolta, seu coração era movido aos “sentimentos de lealdade, resignação, subserviência, e ao amor maternal” (p. 130); “além disso, sua índole fiel, mais devota às demandas da casa-grande que aos interesses da própria senzala, distanciava-a igualmente da figura do escravo revoltado” (p. 131).

De acordo com Sônia Roncador (2008), o estereótipo da mãe-preta foi mais frequente na ficção anterior à vertente literária abolicionista, que cresceu, principalmente, depois da aprovação da Lei do Ventre Livre (1871). Nesse panorama, a mãe-preta tornou-se “um tanto quanto marginal no discurso abolicionista, assim como nas teorias raciais que se desenvolveram no país na virada do século” (Roncador, 2008, p. 131), contexto no qual Lima Barreto se insere.

Décadas depois, conforme a pesquisadora, o mito retorna e se populariza nas memórias de infância de autores modernistas, como José Lins do Rego e Carlos Drummond de Andrade, obliterando a vivência materna de mulheres negras e a possibilidade de discuti-la a partir da relação entre gênero, raça e classe. Temáticas apresentadas por Lima Barreto, no seu conto *O Filho de Gabriela*, por meio de um narrador de 3ª pessoa.

1 O PAPEL DE EMPREGADA DOMÉSTICA DA MULHER NEGRA: UMA HERANÇA ESCRAVOCRATA

Logo de início, no conto de Lima Barreto, é apresentado um conflito entre a empregada doméstica Gabriela e a sua patroa dona Laura, pois esta tenta impedir Gabriela de se ausentar do trabalho para que possa levar o filho adoentado novamente ao médico:

- Absolutamente não pode continuar assim... Já passa... É todo dia... Arre!
- Mas é meu filho minh'ama.
- E que tem isso? *Os filhos de vocês agora têm tanto luxo. Antigamente criavam-se à toa; hoje é um deus-nos-acuda; exigem cuidados, têm moléstias... Fique sabendo: não pode ir amanhã!*
- Ele vai melhorando, dona Laura; e o doutor disse que não deixasse de

levá-lo lá amanhã...

— Não pode, não pode, já lhe disse! O conselheiro precisa chegar cedo à escola; há exames e tem que almoçar cedo... Não vai, não senhora! A gente tem criados pra quê? Não vai, não! (Barreto, 2010, p. 80, grifo nosso).

Nota-se, no trecho, a mentalidade racista de dona Laura que homogeneiza a mulher negra e a criança negra, ao lembrar o contexto violento em que viviam no período escravocrata, visto que as mulheres escravizadas eram proibidas de se dedicarem aos seus filhos. O argumento da patroa serve para dissuadir Gabriela, que mais uma vez solicita a liberação do trabalho para seguir uma recomendação médica. Sem receber compreensão, Gabriela é colocada por Laura numa posição de sujeição. Porém, ao receber a recusa da patroa ao seu pedido como resposta, Gabriela confronta:

— Vou, e vou sim!...Que bobagem!...Quer matar o pequeno, não é? Pois sim... está se “ninando”...

— O que é que você disse, hein?

— É isso mesmo: vou e vou!

— Atrevida!

— Atrevida é você sua...Pensa que não sei... (Barreto, 2010, p. 80).

Após Gabriela usar sua voz como arma para interromper a manutenção de sua subalternidade, houve o silêncio, seguido do choro de dona Laura, impactada com a “injúria da criada”. Nessa circunstância, Gabriela agitada tem seus olhos, comumente, “pardos e tristes” transformados em olhos com faiscações desusadas. Diante da mudança de postura de Gabriela e da conseqüente surpresa de sua patroa, é evidenciada a hierarquização, responsável pela subalternidade de Gabriela, que dona Laura fazia questão de manter. Queria que Gabriela fosse sempre a mulher vinculada à criadagem, e nunca à maternidade, afinal deveria sempre obedecer à patroa e renunciar a saúde de seu próprio filho para cumprir com os deveres domésticos na casa da família branca.

Esse espaço destinado à mulher negra é profundamente marcado por uma herança colonial que apenas deslocou o título de “mucama” para o de “empregada doméstica” (González, 2020). A partir disso, no que tange ao papel social ocupado pela mulher negra na dimensão do mercado de trabalho, cabe destacar que:

No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir

entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares (González, 2020, p. 40).

Além de Lélia González (2020), Beatriz Nascimento (2021) discorre sobre a naturalização dos lugares historicamente destinados às negras:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos (Nascimento, 2021, p. 58).

As autoras ratificam a cristalização dos mecanismos trabalhistas que reforçavam a posição da mulher negra na função doméstica na sociedade brasileira como um resíduo escravagista, o qual impedia que essa mulher ocupasse outros postos de emprego que não fossem nos lares de patrões brancos, garantindo a eles o bem-estar em detrimento de seu próprio. No entanto, ao longo da narrativa, Gabriela, mesmo diante da “sua simplicidade popular” (Barreto, 2010, p. 80) e da reparação que dona Laura tenta fazer, prometendo-lhe não guardar nenhum rancor, decide ir embora com seu filho da casa dos patrões, lugar em que trabalhava e morava. Assim, Gabriela desafia as normas sociais, demonstrando que zelar pela saúde do menino é mais importante do que as tarefas domésticas a ela designadas.

2 O PAPEL DE MÃE E EMPREGADA DOMÉSTICA DA MULHER NEGRA: GÊNERO, RAÇA E CLASSE

No conto de Lima Barreto, não se evidencia o porquê Gabriela deixa o seu emprego, embora se subentenda que o motivo tenha sido o desentendimento entre as duas mulheres, visto que Gabriela intenta exercer seu papel de mãe, levando o filho doente ao médico, mas é desautorizada por dona Laura. Diante disso, ao abandonar a casa dos patrões, Gabriela vai à procura de um novo emprego que oportunizasse e apoiasse seu maternar.

Todavia, Gabriela se depara com vários desafios: o de não ter um local fixo onde morar; o de oferecerem-lhe apenas empregos com múltiplas tarefas, em ela teria que realizar todas as atividades domésticas, como cozinhar, lavar, servir de ama, e ao se recusar, recebia respostas, tais como: “— Então, não me serve, concluía a dona da casa. É um luxo... Depois queixam-se que não têm onde se empreguem...” (Barreto, 2010, p. 81). E, assim, novamente o racismo é operado por uma mulher branca ao generalizar a

população negra e responsabilizá-la pela falta de trabalho.

Procurou emprego em muitas casas, mas ou já tinham contratado alguém, ou o salário era baixo, ou queriam que dormisse em sua casa e não trouxesse seu filho. Toda essa busca levou um mês, resultando no desgaste físico e psicológico de Gabriela e no aumento da situação de vulnerabilidade da criança, dado que para possibilitar o pleno exercício da maternidade, é fundamental que à mãe sejam garantidos direitos básicos, o que não ocorre depois de sair da casa de dona Laura.

A criança, durante esse mês, viveu relegada a um canto da casa de uma conhecida da mãe. Um pobre quarto de estalagem, úmido que nem uma masmorra. De manhã, via a mãe sair; à tarde, quase à boca da noite, via-a entrar desconfortada. Pelo dia em fora, ficava num abandono de enternecer. A hóspede, de longe em longe, olhava-o cheia de raiva. Se chorava aplicava-lhe palmadas e gritava colérica: “Arre diabo! A vagabunda de tua mãe anda saracoteando... Cala a boca, demônio! Quem te fez, que te ature...”.

Aos poucos, a criança torrou-se de medo; nada pedia, sofria fome, sede, calado. Enlanguescia a olhos vistos e sua mãe, na caça de aluguel, não tinha tempo para levá-lo ao doutor do posto médico. Baço, amarelado, tinha as pernas que nem palitos e o ventre como o de um batráquio. A mãe notava-lhe o enfraquecimento, os progressos da moléstia e desesperava, não sabendo que alvitre tomar. Um dia pelos outros, chegava em casa semiembriagada, escorraçando o filho e trazendo algum dinheiro. Não confessava a ninguém a origem dele; em outros mal entrava, beijava muito o pequeno, abraçava-o. E assim corria a cidade (Barreto, 2010, p. 81-82).

Nesse trecho, vale pontuar a opressão do sistema patriarcal, colonial e capitalista sobre a mulher negra e a criança negra; a maternidade solo de Gabriela, única responsável pelo seu filho e a falta de uma rede de apoio; o tamanho desespero para conseguir o sustento; o uso do álcool; e a possível exploração sexual em troca de dinheiro. A partir disso, constata-se que apesar de tentar resistir a um trabalho doméstico abusivo e tentar ressignificar seus papéis, priorizando ser a mãe que tem a liberdade de levar seu filho ao médico, e não ser apenas a funcionária sempre obediente, a condição de subalternidade de Gabriela – reminiscência do passado colonial – traduz a dificuldade de impor sua identidade como mulher-mãe negra independente, devido à articulação entre o sexismo, o racismo e o classismo como estruturas de opressão.

Essa análise que entrelaça as estruturas de opressão faz parte, décadas depois da publicação do conto, da teoria de María Lugones (2014), para a qual a colonização introduziu um sistema de gênero capitalista eurocentrado colonial. Assim, conforme a

autora, as categorias de gênero e raça desassociadas não conseguem explicar a violência contra mulheres negras no contexto do capitalismo global, afinal o capitalismo não se baseia apenas na lógica de exploração de classe, mas também se sustenta concomitantemente na dominação marcada pelo gênero e pela raça.

Essas questões se relacionam não só à estrutura da divisão sexual do trabalho, mas também à divisão racial do trabalho, uma vez que o trabalho doméstico, ocupado majoritariamente por mulheres negras, não lhes rendeu melhores condições socioeconômicas, como explica hooks (2023):

Ainda que a todas as mulheres tivesse sido negado acesso a vários empregos, resultado da discriminação sexista, o racismo garantiu que o destino da mulher branca sempre fosse melhor do que o da trabalhadora negra. Pauli Murray comparou o status dos dois grupos em um ensaio “The Liberation of Black Women” [A libertação das mulheres negras] e observou:

“Quando comparamos a posição da mulher negra com a mulher branca, vemos que ela permanece solteira mais frequentemente, cria mais crianças, está mais tempo no mercado de trabalho e em maior proporção, tem menos educação, ganha menos, é viúva mais cedo e carrega uma maior responsabilidade econômica como chefe de família do que a mulher branca na mesma situação” (p. 234).

Mais tarde, durante a procura de um emprego, Gabriela reencontra com sua ex-patroa, que lhe oferece novamente uma vaga em sua casa como cozinheira. Gabriela pensa em negar (demonstrando, embora sutilmente, mais uma tentativa de resistência à sua subalternidade), mas diante da insistência de dona Laura (e, possivelmente, diante do cenário opressor no qual se encontrava), decide voltar. Nesse momento, o narrador relata que parecia haver entre as personagens “certo acordo íntimo, um quê de mútua proteção e simpatia” (Barreto, 2010, p. 82).

Contudo, essa reaproximação não consegue extinguir as nítidas diferenças entre Gabriela e Laura. Ainda que sejam mulheres, oprimidas por um sistema colonial e patriarcal, enquanto dona Laura, branca e rica, enfrenta problemas, como o do casamento por conveniência e o da ausência de herdeiros (como é explicitado depois); Gabriela, mãe, negra e pobre, enfrenta a maternidade solo, o desemprego e a miséria. Logo, ambas ocupam espaços sociais muito distintos, razão pela qual permaneceu a relação de dependência de Gabriela da sua patroa Laura.

Percebe-se, portanto, como se estruturam as opressões contra a mulher negra e como elas atravessam o exercício da maternidade, ao ponto de fazerem com que as patroas brancas esperem que suas criadas negras sempre tenham o dever de priorizar as famílias a quem servem, ao ponto de não poderem cuidar de seus próprios filhos,

assim como é abordado no início do conto e analisado em Davis (2016):

As enervantes obrigações domésticas das mulheres em geral oferecem uma flagrante evidência do poder do sexismo. Devido à intrusão adicional do racismo, um vasto número de mulheres negras teve de cumprir as tarefas de sua própria casa e também os afazeres domésticos de outras mulheres. E com frequência as exigências do emprego na casa de uma mulher branca forçavam a trabalhadora doméstica a negligenciar sua própria casa e *até mesmo suas próprias crianças* (p. 239, grifo nosso).

Nesse sentido, ressalta-se que as opressões enfrentadas por Gabriela não se dão por causa de seu filho. Na verdade, cabe destacar que foi o seu papel como mãe que a impulsionou a deixar a casa de dona Laura, bem como a resistir ao seu retorno. Pode-se concluir que foi o filho, também, o motivo para a personagem buscar melhores alternativas para si mesma e para ele, apesar dos princípios colonizadores que, impregnados de valores capitalistas, sexistas e racistas, forçaram Gabriela à subordinação e ao não direito do seu livre maternar.

3 O PAPEL DE FILHO DE GABRIELA E O PAPEL DE AFILHADO DE LAURA E CONSELHEIRO: A DESCENDÊNCIA SUBALTERNANIZADA

Após voltar a trabalhar e a viver na casa de dona Laura com seu filho, Gabriela aceita quando a patroa oferece para batizá-lo. Ao se deparar com o garoto estendendo-lhe a mão para lhe pedir a benção, Laura fica enternecida e pergunta se ela e o marido poderiam batizá-lo, afinal a criança já estava com quatro anos. O marido de Laura, o conselheiro Calaça, satisfaz o desejo de sua esposa e batizou de Horácio o filho de Gabriela, sem dar muita importância à tarefa de escolher um nome.

Depois de ser batizado como Horácio e apadrinhados pela família branca, o filho de Gabriela tinha acesso a atendimento médico regular, a estudo e podia transitar por mais aposentos na casa. Porém, mesmo passados dois anos, o menino já com seis, permanecia reservado, tímido e introspectivo, como se ali não fosse realmente seu lar. Essa circunstância de não pertencimento piora quando Gabriela morre:

Pouco depois a mãe lhe morria. Até então vivia numa semidomesticidade. Daí em diante, porém, entrou completamente na família do conselheiro Calaça. Isso, entretanto, não lhe retirou a taciturnidade e a reserva; ao contrário, fechou-se em si e nunca mais teve crises de alegria.

Com sua mãe ainda tinha abandonos de amizade, efusões de carícias e abraços. Morta que ela foi, não encontrou naquele mundo tão diferente, pessoa a quem se pudesse abandonar completamente, embora pela madrinha continuasse a manter uma respeitosa e distante amizade,

raramente aproximada por uma carícia, por um afago. (Barreto, 2010, p. 83).

Em Gabriela, Horácio encontrava intimidade e afeto gratuitos, o que lhe oportunizava sentir-se único e amado. Com a morte dela, constata-se que a adoção de Horácio não lhe proporcionou as alegrias que tinha com a mãe, afinal a falta de interesse, de diálogo e de zelo dos padrinhos tornavam-no desvalorizado e perdido.

É destacado que conselheiro não gostava do menino, pois era constantemente indiferente e muito rígido; pelo padrinho, já teria o colocado num abrigo para menores, o que só não foi feito devido aos pedidos incessantes de Laura. Esta, por viver em um casamento de fachada, sem filhos e em desequilibradas relações extraconjugais, sentia um vazio existencial que a fez compadecer-se e amar tudo, sem de fato conseguir dedicar-se a ninguém; circunstâncias que a levaram a apadrinhar o menino ou tentar reivindicar bons cuidados a ele junto de seu marido, não por um afeto genuíno, mas para poder sentir-se melhor consigo mesma.

Se no espaço doméstico havia “a fraqueza de afetos próximos” (Barreto, 2010, p.85), na escola também não se sentia acolhido. Era um aluno regular e concluiu ser o ambiente educacional uma mera reprodução de regras que não possuíam aplicação útil, com parâmetros que faziam com que o mundo estivesse entregue a “uma casta de senhores, tratáveis uns, secos outros, mas todos velhos e indiferentes” (p. 85), tal qual seu padrinho: um homem de sessenta anos, frio, egoísta, fechado, sonhando sempre com uma posição mais alta e relendo apostilas por ele organizadas quando jovem, que lhe renderam aprovações e prêmios.

A observação que Horácio faz sobre a escola dialoga com uma das questões levantadas por González (1982) sobre a ausência da representação da população negra nesse espaço:

Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro, do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles.

E o que é que fica? A impressão de que só homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico, a gente tem mais é que mostrar que não é assim, né? (González, 1982, p. 3).

Sem o acolhimento necessário que a infância requer, seja no espaço doméstico, seja no educacional, Horácio tentava estabelecer algum vínculo com sua madrinha, uma vez que “é deste outro, do reconhecimento por este outro que dependem seu valor e sua

realidade humana. É neste outro que se condensa o sentido de sua vida” (Fanon, 2008, p. 180). Então, quando retornava das aulas, tentando obter de Laura algum reconhecimento, contava-lhe como fora seu dia. Em uma dessas tardes, quando estava indo se reunir com ela, notou a presença de uma senhora que perguntou à Laura quem era aquele pequeno. Ao responder que era seu afilhado, a visita disse: “Teu afilhado? Ah! sim! É o filho da Gabriela...” (Barreto, 2010, p. 85) e completou dizendo que estava sendo muito mimado pela madrinha.

Ao ser tratado como o “filho da Gabriela”, Horácio pôde lembrar a morte da mãe, o principal motivo que o levou a se sentir desalojado em sua própria casa e anônimo por aqueles que deveriam acolhê-lo em sua individualidade. Sentiu-se, por fim, diminuído por aquela senhora a qual retrata que “a inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia [...] é o racista que cria o inferiorizado” (Fanon, 2008, p. 90).

A construção identitária do menino, que partia do seio familiar por meio da mãe, é rompida pelo luto, e outras instituições, como a escola e a família adotiva, não têm interesse em cumprir esse papel formador na vida dessa criança. De acordo com o projeto colonial, cabe a Horácio, uma criança negra, sempre ocupar um lugar de subordinação e inferioridade, que lhe apague a tomada de consciência de si e de sua realidade econômica e social, conforme Fanon (2008), para que o garoto se mantenha na subalternidade advinda de sua parentalidade e não questione a estrutura dominante branca.

Se o menino já não podia ser mais o “filho da Gabriela”, que quando viva, era fonte de socioafetividade e poderia ter sido fonte de conhecimento ancestral, resgate cultural e autorreflexão político-econômica; sem essa relação materna, tampouco o menino poderia ser “Horácio, o afilhado”, visto que “reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência” (Gomes, 2005, p. 42). Nesse panorama, os padrinhos não eram referência identitária para Horácio, não apenas pela questão racial, mas também pela indiferença com a qual o tratavam. Também, segundo Gomes (2005):

[...] como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividades e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente este processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece. (Gomes, 2005, p. 43).

Não havia um ponto de partida seguro e estável que pudesse minimamente organizar as percepções que Horácio ia construindo acerca de si mesmo e do seu em torno. E como era nessa atmosfera familiar ausente de intimidade na qual Horácio vivia, percebeu que havia nele “uma vontade de distinção, de reforçar sua individualidade, que ele sentia muito diminuída pelas circunstâncias ambientes” (Barreto, 2010, p. 86). Diante disso:

Dolorosos foram os dias que se seguiram. O espírito sacolejou-lhe o corpo violentamente. Com afincos estudava, lia os compêndios; mas não compreendia, nada retinha. O seu entendimento como que vazava. Voltava, lia, lia e lia e, em seguida, virava as folhas sofregamente, nervosamente, como se quisesse descobrir debaixo delas um outro mundo cheio de bondade e satisfação [...]. Não encontrava solução, saída; a desordem das ideias e a incoerência das sensações não lhe podiam dar uma e cavavam-lhe a saúde [...]. Vivia irritado, raivoso, não sabia contra quem (Barreto, 2010, p. 87).

Desse modo, sem compreender o que sentia, Horácio, em um diálogo entre ele e seu padrinho, posiciona-se firmemente, recusando-se a ser reduzido a apenas um subordinado, direcionando ao padrinho a sua irritação:

- Horácio, você passe na casa do Guedes e traga-me a roupa que mandei consertar.
- Mande outra pessoa buscar.
- O quê?
- Não trago.
- Ingrato! Era de esperar...

E o menino ficou admirado diante de si mesmo, daquela saída de sua habitual timidez.

Não sabia onde tinha ido buscar aquele desaforo imerecido, aquela tola má-criação; saiu-lhe como uma coisa soprada por outro e que ele unicamente pronunciasse (Barreto, 2010, p. 87).

Nessa sequência, deve-se sublinhar a frase que conselheiro não concluiu: por que a ingratidão era de se esperar? Era pelo fato do menino ser negro? Pobre? Órfão? Adotado e *mimado*? Ou por que era o filho da Gabriela e herdou dela a ousadia de desafiar os padrões? Seja como for, nesse mesmo trecho do conto, a madrinha percebe o sofrimento de Horácio em viver à parte, e mesmo o tratando em meio às sanções, com afetividade, o menino aflige-se diante da sua própria intempestividade, culpabiliza-se e o seu arrependimento é tão palpável que adoce:

Foi Horácio para o colégio abatido, preso de um estranho sentimento de repulsa, de nojo por si mesmo. Fora ingrato, de fato; era um monstro. Os padrinhos lhe tinham dado tudo, educado, instruído. Fora sem querer, fora sem pensar; e sentia bem que a sua reflexão não entrara em nada naquela resposta que dera ao padrinho. Em todo o caso, as palavras foram suas, foram ditas com sua voz e a sua boca, e se lhe nasceram do íntimo sem a colaboração da inteligência, devia acusar-se de ser fundamentalmente mau... Pela segunda aula, pediu licença. Sentia-se doente, doía-lhe a cabeça e parecia que lhe passavam um archote fumegante pelo rosto (Barreto, 2010, p. 88).

Já em casa, recebendo cuidados da madrinha e de um médico, o menino estava doente, confuso, prostrado e febril não por causa de um indivíduo ou de uma situação isolada, mas devido à manutenção de uma conjuntura social opressora que lhe devolve ao estado inicial de submissão e apagamento, do qual nunca pôde verdadeiramente sair. O *filho* da Gabriela não pode ser *Horácio*, porque a sociedade já cravou sua identidade no sistema de viés colonial: a de *descendente da subalternidade* contra a qual não pôde reexistir, mas tentou resistir, conforme protagonizou Gabriela, sua mãe.

4 O PAPEL DO CONTO BARRETIANO O FILHO DA GABRIELA NA ATUALIDADE: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do conto, evidencia-se que Lima Barreto, já em 1915, apresentou as repercussões do modelo escravagista que impôs um contexto de vulnerabilidade social à mulher negra, impedindo-a, inclusive, de poder exercer integralmente sua maternidade, para atender às ordens da patroa branca; retratou as diferenças entre os problemas de uma mulher branca e de uma negra; representou a subalternidade da sociedade colonial cruzando aspectos de gênero, raça e classe; e comprovou que o filho de uma doméstica não tinha direito à ascensão social. Além disso, demonstrou que, embora a mulher negra não tenha conseguido emancipar-se das estruturas opressoras e ressignificar sua existência, o seu papel de mãe impulsionou-a à resistência.

Entretanto, textos literários, como *O Filho de Gabriela*, que problematizam o fato de mulheres negras terem que defender o papel de mãe de seus próprios filhos, não são comuns, exceto na contemporaneidade. Evaristo (2005) é uma das autoras negras que destaca a pouca representação da maternidade da mulher negra na literatura brasileira:

A representação literária da mulher negra, ainda ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor, não desenha para ela a imagem de mulher-mãe, perfil desenhado para as mulheres brancas em geral. Personagens negras como

Rita Baiana, Gabriela, e outras não são construídas como mulheres que geram descendência [...]. Mata-se no discurso literário a sua prole, ou melhor, na ficção elas surgem como mulheres infecundas e por tanto perigosas. Caracterizadas por uma animalidade como a de Bertoleza que morre focinhando, por uma sexualidade perigosa como a de Rita Baiana, que macula a família portuguesa, ou por uma ingênua conduta sexual de Gabriela, mulher-natureza, incapaz de entender e atender determinadas normas sociais. O que se argumenta aqui é o que essa falta de representação materna para a mulher negra na literatura brasileira pode significar. Estaria a literatura, assim como a história, produzindo um apagamento ou destacando determinados aspectos em detrimentos de outros, e assim ocultando os sentidos de uma matriz africana na sociedade brasileira? (Evaristo, 2005, p. 2-3).

Isso se deve não apenas ao fato de haver poucos autores negros reconhecidos compondo a literatura canônica, como também ao fato de a autoria feminina ter menos representação nesse cenário. No entanto, os apontamentos de Evaristo reverberaram na produção literária contemporânea e, atualmente, há obras de autoras negras, como Ana Maria Gonçalves, Eliane Alves Cruz, Eliane Marques e a própria Conceição Evaristo, em que a maternidade é o elemento central e que, por meio de personagens mães negras, revelam particularidades na relação entre essas mulheres e seus filhos, e como elas seguem resistindo diante dessa mesma sociedade racista, machista e capitalista, para que possam, enfim, reexistir e vivenciar o direito inalienável à maternidade.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Lima. O Filho de Gabriela. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.) **Contos completos de Lima Barreto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 80-89.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Rio de Janeiro: Boitempo editorial, 2016.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres marcadas: literatura, gênero e etnicidade. **Terra roxa e outras terras**: Revista de estudos literários. Londrina, v. 17, p. 06-18, 2009.
- EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. *In*: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (org.). **Mulheres no mundo**: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Editora da UFPB; Idéia, 2005. p. 1-14.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GIL, Gilberto. Drão. *In*: GIL, Gilberto. **Raça Humana**. Rio de Janeiro: Warner Music, 1984. Faixa 6. Disco de vinil.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no

Brasil: uma breve discussão. *In: Educação anti-racista: Caminhos Abertos pela lei 10.639.* – Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 39-62, 2005.

GONZÁLEZ, Lélia. De Palmares às escolas de samba, estamos aí. **Mulherio**, São Paulo, ano II, n. 5, p. 3, jan./fev., 1982

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo.** Trad. Bhuvi Libanio. 14. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

NASCIMENTO, Beatriz. A Mulher Negra e o Mercado de Trabalho. *In: NASCIMENTO, Beatriz; RATTS, Alex (org.). Uma História Feita por Mãos Negras: Relações raciais, quilombos e movimentos.* Rio de Janeiro: Zahar, p. 55-61, 2021.

RONCADOR, Sonia. O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [S. l.], n. 31, p. 129–152, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lima Barreto e a escrita de si. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 33, n. 96, p. 137–153, 2019.

Título em espanhol:

**LA MUJER NEGRA, EMPLEADA DOMÉSTICA Y MADRE:
REPRESENTACIONES EN EL CUENTO BARRETIANO O FILHO DE
GABRIELA**